

**O JESUÍTA E O SAPATEIRO:
*DE REGNO DE CHRISTI IN TERRIS CONSUMATTO***

Sezinando Luiz Menezes*

RESUMO: O artigo analisa as ideias do Padre Antonio Vieira com relação ao Quinto Império. O V Império vieiriano baseia-se em uma interpretação das profecias de Bandarra e coroa uma longa tradição que atribuía aos portugueses um papel de destaque na expansão, consolidação e universalização do cristianismo na terra.

PALAVRAS CHAVE: Antonio Vieira, Bandarra, Quinto Império.

**THE JESUIT AND THE SHOEMAKER:
*DE REGNO DE CHRISTI IN TERRIS CONSUMATTO***

ABSTRACT: This paper analyzes the ideas of Antonio Vieira in relation to the Fifth Empire. The Vieira's V Empire based in interpretation of the Bandarra prophecies and crowning a long tradition attributed to the portuguese a major role in the expansion, consolidation and univerzalization of Christianity on earth.

KEYWORDS: Antonio Vieira, Bandarra, Fifth Empire.

O início da modernidade foi uma época particularmente fecunda para o florescimento de utopias. A terra sem males possibilitada pelo desenvolvimento da ciência na *Nova Atlântica*, sonhada por Francis Bacon em 1627, a *Cidade do Sol*, de Campanella (1602), e a *Utopia* (1516), ilha perdida em algum lugar do Oceano Atlântico, descoberta por navegantes portugueses e descrita por Rafael Hitlodeu a Thomas Morus são os exemplos mais conhecidos. O encantamento com as possibilidades abertas pelo conhecimento empírico da realidade material, no caso de Bacon, ou a preocupação com os caminhos da história, que havia transformado os cordeiros, as dóceis criaturas dos textos sagrados, em devoradores de homens, no caso de Morus, haviam motivado os sonhos e a crença em um mundo melhor. Contudo, se o início da modernidade possibilitou o surgimento de utopias influenciadas pela racionalidade, também engendrou utopias de caráter místico, ou mais especificamente milenaristas, revigorando as crenças escatológicas.

Se, por um lado, nos séculos XV e XVI, ocorreu um crescimento do milenarismo, por outro, “há unanimidade entre os historiadores em considerar que se produziu na Europa a partir do século XIV um reforço e uma difusão mais ampla do

* Professor do DHI e do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. Projeto de pesquisa desenvolvido com o apoio da Fundação Araucaria.

temor dos derradeiros tempos” (DELUMEAU, 1996, p.206). Ainda segundo Delumeau, “no outono da Idade Média, escrevia Huizinga, o sentimento geral é de que ‘a aniquilação universal se aproxima.’ [...] Os últimos anos do século XV e os primeiros anos do XVI indicam um dos momentos da história em que o Apocalipse apoderou-se mais fortemente da imaginação dos homens”. (DELUMEAU, 1996, p.206).

Para Delumeau:

É importante estabelecer uma distinção metodológica entre duas interpretações diferentes dos textos proféticos relativos às últimas etapas da história humana, insistindo uma na promessa de mil anos de felicidade, a outra no Juízo Final. As origens do milenarismo são anteriores à era cristã e se enraízam nas esperanças messiânicas de Israel. Isaías (54 e 55), Ezequiel (40-48), Daniel (2 e 7) e mais ainda as profecias pós-exílio anunciaram a vinda de um messias que inauguraria um período de prosperidade e de paz. A noção de um reino intermediário, espécie de paraíso terrestre provisório intercalado entre o tempo atual e a eternidade, delimitou-se na literatura judaica através do livro dos Jubileus 22: 27), *das parábolas de Henoch* (61-68) e do livro de Esdras (8: 28...). Dos meios judeus, a crença no reino messiânico foi transmitida aos cristãos pelo Apocalipse de São João (20). Nesse texto célebre, o apóstolo anuncia que o anjo de Deus acorrentará Satã por mil anos. Então, os justos ressuscitarão com Cristo e serão felizes sobre a terra durante esses mil anos. (DELUMEAU, 1996, p.207) .

Ainda segundo Delumeau (1997), embora tenha sido bastante presente nos primórdios do cristianismo, com Santo Agostinho, o milenarismo foi “marginalizado na Igreja” (1997, p. 31).

Em Portugal, o milenarismo amalgamou-se a crenças messiânicas de origem judaica e deu origem ao Sebastianismo, a crença no retorno de D. Sebastião, o desejado, que havia desaparecido no desastre de Alcácer Quibir, em 04 de agosto de 1578.

Com o desaparecimento do Rei, após o curto período do Reinado de D. Henrique, a Coroa portuguesa passou a ornamentar a cabeça de Felipe, rei da Espanha. Para assumir o trono, Felipe prometeu manter a independência política e administrativa do Reino português e de suas colônias. Portugal seria governado por um Vice-Rei, indicado por Felipe, mas os cargos administrativos, tanto no Reino quanto no Império Ultramarino, continuariam sendo ocupados por portugueses. Prevaleceu então o princípio de “um Rei, duas Coroas” para a União Ibérica, isto é, a união das coroas de Portugal e Espanha, que persistiu até 1640, com a vitória da restauração joanina.

Foi durante esse período que as trovas do sapateiro de Troncoso, Gonçalo

Annes, o Bandarra¹, escritas provavelmente entre os anos de 1520 e 1540, tornaram-se populares e atraíram leitores inclusive em Lisboa. Naquele período, ao longo da União Ibérica, foi se consolidando a interpretação das trovas de Bandarra como profecias do retorno de D. Sebastião, o desejado, para libertar Portugal do domínio filipino. Segundo essa crença, D. Sebastião não teria morrido e retornaria para libertar Portugal do domínio castelhano e para construir o Quinto Império, que sucederia aos quatro impérios bíblicos (assírio, babilônico, grego e romano).

Bandarra² não foi o único a escrever textos de caráter profético ou messiânico ao longo dos séculos XVI e XVII. Lembramo-nos de que Nostradamus, talvez o mais popular autor de textos proféticos, nasceu, viveu e escreveu suas profecias na Provença, exatamente na mesma época do sapateiro. Sendo assim, é possível que Bandarra conhecesse outros textos proféticos: “O sapateiro devia ter também conhecimento das profecias atribuídas a Santo Isidoro, por meio das *Coplas* de Pedro de Frias e outros vorsejadores espanhóis” (BASSELAAR, 2002, p.278). Entre os lusitanos, embora não tenha sido o único, Bandarra foi, sem dúvida, com exceção de Antônio Vieira, “o principal de todos” na expressão de João de Castro, o primeiro editor das trovas.

As suas profecias rimadas, muito mais bíblicas e também mais patrióticas do que os seus modelos espanhóis, foram-se rapidamente divulgando pelo país, e não tardaram a encontrar leitores na capital do Reino. Os cristãos-novos, que já antes o tinham consultado como uma espécie de rabi, passaram agora a venerá-lo como um profeta solidário com eles nas suas esperanças messiânicas. Sabemos que Bandarra, por duas vezes, se deteve por algum tempo em Lisboa (1531 e em 1539), onde era muito procurado pela gente da nação. Tal alvoroço devia despertar as suspeitas da Inquisição recém-estabelecida.

Bandarra foi preso e levado para Lisboa (1540). A Mesa ouviu diversas testemunhas e impôs-lhe (3 de Outubro de 1541) um castigo relativamente brando: o de abjurar solenemente as suas trovas na procissão do auto-da-fé do dia 23 do mesmo mês. (BASSELAAR, 2002, p.278)

¹ Para alguns estudiosos, Bandarra teria nascido em 1500 e morrido em 1545. Para Antônio Vieira, o seu falecimento teria ocorrido em 1540. Outras fontes estabelecem ainda 1560 ou 1556 como a data do falecimento do sapateiro (conf. LIPINER, 1993, p.23). A primeira edição impressa de parte dos manuscritos ocorreu em Paris, no ano de 1602, por D. João de Castro, portanto, somente mais de meio século depois de terem sido escritos e já sob o domínio castelhano. Até então, suas trovas circulavam em cópias manuscritas (HERMANN, 1998; LIPINER, 1993). Sobre a forma de circulação, recepção e reelaboração das trovas de Bandarra em Portugal, ver Hermann (1998).

² As informações que temos da vida de Gonçalo Anes constam, em sua quase totalidade, do seu processo inquisitorial. Segundo Basselaar, até a publicação de seu processo, acreditava-se que Bandarra fosse muito pobre e analfabeto e que, para compor suas trovas, teria ditado suas profecias ao Padre Gabriel João de Trancoso. No entanto, “na sua declaração ao Tribunal lemos que ‘fora rico e abastado, mas que queria mais sua pobreza em dizer a verdade e o que cumpria à sua consciência, que não dizer outra cousa’” (BASSELAAR, 2002, p.278).

Após a morte do autor, a circulação de cópias manuscritas das trovas aumentou a tal ponto que “os meninos da Beira aprendiam a ler soletrando os toscos versos do sapateiro de Trancoso” (BASSELLAR, 2002, p. 280-281). Segundo D. João de Castro (*apud* Basselaar), eram muitos os “traslados” e as cópias que se faziam das trovas. Contudo, em razão de tais cópias serem escritas por pessoas de pouca cultura (idiotas no original) eram consideradas “cheias de erros” e considerou-se necessária sua edição.

Por volta dos anos trinta do século XVII, começaram a adquirir força as interpretações das trovas que viam, em D. João, o “encoberto” que iria libertar Portugal. Ou seja, o encoberto já não seria D. Sebastião, mas sim D. João. Segundo Basselaar, a nova interpretação das trovas apoiava-se principalmente nos seguintes versos:

Já o tempo desejado
é chegado,
segundo o firmal assenta.
Já se cerram os quarenta,
que se ementa
por um Doutor já passado.
O Rei novo é alevantado,
já dá brado,
já assoma a sua bandeira
contra a Grifa parideira,
lagomeira,
que tais prados tem gostado.
Saia, saia esse Infante
O seu nome é Dom João! (BANDARRA, *apud*: BASSELAAR, 2002,
p.282)

Embora não tenha sido pioneiro nessa nova interpretação das trovas, que já circulavam antes de seu primeiro retorno ao Reino, em 1641, Antônio Vieira tornou-se seu principal defensor.

O país restaurado embriagava-se do bandarrismo joanista ou joanismo bandarrista, exaltação essa que se havia de prolongar por mais de dez anos. O nome do Bandarra ressoava em sermões e poemas, os seus vaticínios eram citados em obras de propaganda, em tratados eruditos, e até em petições oficiais dirigidas à Santa Sé. Ao sapateiro se fez uma rica sepultura de pedra, na igreja de São Pedro de Trancoso, lavrada com este letreiro: “Aqui jaz Gonçalianes Bandarra, natural desta Vila, que profetizou a Restauração deste Reino, e que havia de ser no ano de 1640 por el-Rei D. João IV, nosso Senhor, que hoje reina. Faleceu na era de 1545”. No aniversário da Aclamação, a imagem do Bandarra estava exposta no altar-mor da Sé de Lisboa, como se faria a um santo (BESSELAAR, 2002, p. 283).

Da mesma forma que o retorno do encoberto havia sido profetizado por

Bandarra, suas trovas já divulgavam também a crença no “Quinto Império” bíblico, que seria o português. Ao contrário dos anteriores, este não seria apenas o império dos homens, mas sim o de Deus na terra e, exatamente por isso, seria o último. Nesse último império:

Todos terão hum amor,
gentios como pagãos;
os Judeus serão Christãos,
sem jãmais aver error.

Servirão hum só Senhor,
Jesu Christo que nomeo;
todos crerão que já veo
o Ungido Salvador. (BANDARRA; *Apud*, VIEIRA, Vol. VI, 1952, p. 35)

Finalmente, para Bandarra, o rei encoberto (português) surgiria para lutar contra os muçulmanos em todos os lugares por eles dominados (Constantinopla, norte da África e na Terra Santa): “será coroado imperador e inaugurará, juntamente com o Papa, a Monarquia Universal, na qual todos os povos e todas as religiões e culturas se submeterão à Lei de Cristo.” (BANDARRA; *Apud*, VIEIRA, Vol. VI, 1952, p. 35)

No entanto, como afirmamos anteriormente, Bandarra escreveu suas trovas antes da ascensão de D. Sebastião ao trono português e, obviamente, antes de seu desaparecimento. Segundo seus estudiosos, ele teria composto as trovas entre 1520 e 1540, ou seja, durante o reinado de D. João III. Dessa forma, é plausível afirmar que o encoberto de Bandarra fosse, de fato, D. João, como pretendia Vieira, e não D. Sebastião. Contudo, o João de Bandarra era o terceiro, e não o quarto, da Restauração.

Como afirmamos, as trovas circularam por mais de sessenta anos em cópias manuscritas e, após sua primeira impressão, no início do século XVII, foram sucessivas as edições, sempre com aditamentos, correções e inclusão de capítulos inéditos.

Se, por um lado, não existem grandes dúvidas de que Gonçalo Annes tenha sido seu autor, por outro, é grande a possibilidade de que as trovas publicadas pioneiramente por D. João de Castro e todas as versões posteriores não correspondam exatamente ao texto escrito pelo sapateiro de Troncoso. Contudo, acreditamos que tais incertezas não sejam relevantes para esse estudo. Ou melhor, tais incertezas são de fato importantes, pois, segundo nossa compreensão, o profetismo, a crença em um rei que retornaria para recolocar Portugal nos rumos do destino traçado por Deus, não era apenas de Bandarra: era compartilhado por diferentes segmentos sociais do reino lusitano. Sendo assim, a possibilidade das trovas de Bandarra terem sido aditadas, moldadas, alteradas e

corrigidas, ajuda a compreender inclusive a grande repercussão que as ideias do sapateiro tiveram e sua sucessiva apropriação e reinterpretação ao longo dos tempos, principalmente por Antônio Vieira, que, como sabemos, atribuía às trovas de Gonçalo Annes uma grande importância. Isso pode ser observado, por exemplo, em *Esperanças de Portugal*, a longa carta que o jesuíta escreveu em 1659, do Maranhão, a André Fernandes, dispondo-se a “provar” que “o Bandarra é o verdadeiro profeta”.

Em razão de considerarmos Bandarra e Antônio Vieira expressões de uma concepção que permeia a sociedade portuguesa, deter-nos-emos, momentaneamente, em mostrar quão importantes foram as crenças místicas na própria expansão marítima portuguesa.

Em *Mil anos de felicidade, uma história do Paraíso*, Delumeau dedica um capítulo ao milenarismo português no início dos tempos modernos. O autor alerta-nos, no entanto, que o capítulo é inspirado em um artigo apresentado por Luís Felipe Thomas em um colóquio realizado em Paris em maio de 1990. Em *L'idée impériale manuélini, em la découverte, le Portugal et l'Europe*, Thomas considera D. Manoel como um precursor de Antônio Vieira:

Ele [D.Manoel] sonhava com uma espécie de império universal e messiânico, o derradeiro de Daniel, um ‘quinto império’, como aquele que profetizará o padre Antônio Vieira um século mais tarde, mais ou menos equivalente ao “reinado do espírito” anunciado no século XII pelo abade calabrês Joaquim de Friore. (THOMAS, *apud* DELUMEAU, 2007, p.177)

Desta forma, D. Manoel, que reinou em Portugal de 1495 a 1521, teria motivações “profundamente religiosas” ao organizar as primeiras esquadras com destino as Índias. Segundo Delumeau:

Parece certo que a destruição do bloco islâmico foi a grande razão da estratégia do soberano nas Índias e na África, tendo como objetivo final e grandioso a reconquista de Jerusalém. Assim se explicariam o apoio militar dado em 1501 por Portugal aos venezianos de Moreia [Peloponeso] ameaçados pelos turcos, o otimismo excessivo do rei quanto às forças cristãs que poderiam ser arregimentadas na Índia (na realidade, os nestorianos constituíam ali apenas uma pequena minoria), a asfixia do Egito e o bloqueio comercial dos Estados muçulmanos que resultariam da abertura do caminho marítimo pelo Cabo, e os esforços para estabelecer relações na África com o Preste João [personagem lendário da Idade Média]. (DELUMEAU, 2007, p.177)

Para Thomas,

O fato de D.Manuel ter conseguido, na primeira tentativa, abrir um

caminho marítimo até as Índias – enquanto foram precisos três quartos de século para descobrir a costa africana entre os cabos Bojador e Boa Esperança – pode ser visto como um sinal da aceleração da chegada do fim dos tempos e de uma predestinação especial de Manuel. (THOMAS, *apud* DELLUMEAU, p.178)

A associação entre motivadores cruzadísticos e crenças escatológicas estaria muito perceptível em um opúsculo escrito por D. Manuel, destinado ao Cardeal do Porto e posteriormente publicado com o título *Gesta procime per Portugalenses in India, Ethiopia et aliis orientalibus terris*. Para Delumeau:

Este documento exalta “as obras de Deus, os feitos que nos confins do mundo os nossos realizaram, com a ajuda divina, aniquilando os inimigos da fé”. É chegado, portanto, o momento “de cessar as lágrimas e o luto para vestir roupas de alegria e de exaltação”. Segue-se o detalhe das vitórias obtidas pelos portugueses, particularmente pelo Vice-rei das Índias, Francisco de Almeida. (DELLUMEAU, 2007, p. 178).

Para o historiador, o documento régio “não deixa praticamente dúvidas sobre a mentalidade escatológica de Manuel, o Venturoso”. E ainda, “O rei de Portugal quer agora apoiar-se nos reis pagãos da Índia, cuja conversão se pode esperar e que dispõem, acredita-se, de forças gigantescas, como aquelas atribuídas ao Preste João quando situavam seu reino na Ásia.” (DELLUMEAU, 2007, p.180-181).

Dessa forma, para Delumeau, os objetivos econômicos da expedição de Vasco da Gama e o posterior comércio com as Índias, subordinam-se a interesses religiosos.

A política econômica do soberano português está subordinada, na carta que acabamos de resumir, a uma estratégia com objetivos religiosos. Desviando para Lisboa o tráfico das especiarias, os cristãos destruirão os infiéis e, portanto, cortar-lhes-ão o nervo da guerra (DELLUMEAU, 2007, p. 180-181).

Para Thomas, a Carta de D. Manuel deve ser relacionada a uma trova de Diogo Velho da Chancelaria, escrita em 1516. Nessa trova, consta: “o grande Rei D. Manuel submeterá e tornará fiéis à única lei universal os jebuseus e Ismael” (*Apud*: DELLUMEAU, 2007, p. 181). Estava presente, portanto, a ideia de que D. Manuel tornaria todos os homens fiéis a Cristo³.

No entanto, consideramos um outro documento escrito por D. Manuel, igualmente revelador dos motivadores cruzadísticos e escatológicos do Rei. Referimo-nos aqui à carta, bastante conhecida, que D. Manoel enviou ao Samorim de Calicute,

³ As trovas desempenharam um papel importante nos séculos XVI-XVII como expressão dos sentimentos religiosos e políticos, notadamente as que tinham conotações escatológicas.

por intermédio de Pedro Álvares Cabral⁴. Na carta, escrita em 11 de março de 1500, D. Manoel mostrava acreditar que os portugueses eram agentes de Deus: a chegada dos navegantes à Índia, assim como tudo o que ocorreria no mundo material seriam resultado de desígnios divinos. Segunda a carta ao Samorin:

Deus todo-poderoso – começo, meio e fim de todas as coisas, por cuja ordenança cursam os dias, feitos humanos e tempos -, assim como, por sua infinda bondade, criou o mundo [...] ordenou, para os tempos adiante, muitas coisas [...] que haviam de ser obradas, fossem manifestadas e postas em obra nos tempos para isso mais convenientes, por Ele limitados [determinados], não antes nem depois. [...]

E estando, desde o começo do mundo até agora, as gentes dessas terras tão arredadas destas, e sempre fora de toda a esperança, nem pensamento disto, que o senhor Deus ora quis que acontecesse, espiritando [inspirando], há 60 anos, um nosso tio, vassalo nosso, chamado Infante dom Henrique, príncipe de mui virtuosa vida e santos costumes; o qual, por serviço de Deus, tomou propósito, inspirado por Deus, de fazer essa navegação; e foi prosseguida até agora pelos reis nossos antecessores. E prazendo a Nosso Senhor, quis dar-lhe o fim por nós desejado, quis que aqueles que agora lá foram fizessem de uma só viagem outro tanto caminho, até chegar a vós quanto em todas as viagens passadas estava feito em 60 anos. Estes são os primeiros que logo mandamos, tanto que, por graça de Deus, tomamos o Regimento de nossos reinos e senhorios. Assim que, ainda que esta coisa se veja feita por homens, não se deve julgar por obra de homens, mas só possível a Ele. (D. MANOEL, 2001, p. 64-66 – grifos nossos).

Sendo assim, para D. Manoel, Deus teria conduzido os portugueses à Índia com propósitos claramente definidos.

É bem de crer que Deus Nosso Senhor não ordenou tão maravilhoso feito com essa nossa navegação para somente ser servido nos pratos e proveitos temporais, entre vós e nós, mas também nos espirituais das almas e salvação delas, o que mais devemos. (IDEM, p. 67).

A presença portuguesa em Calicute cumpriria um duplo propósito: “os pratos e proveitos temporais”, isto é, o comércio, e a salvação das almas. Para tanto, o rei de Portugal propunha ao Samorim uma aliança que visava simultaneamente o combate ao infiel muçulmano e o estabelecimento de laços que permitiriam aos mercadores portugueses o acesso ao comércio das especiarias do Oriente⁵. Segundo a lógica da

⁴ O trecho sobre os interesses religiosos envolvidos na expansão ultramarina foi publicado como parte do capítulo *A Coroa, o donatário e o jesuíta: a convergência dos distintos brasis nos primórdios da colonização portuguesa na América* (MENEZES, 2007, p. 31-44).

⁵ Tal proposta, como sabemos, somente poderia ser efetuada porque D. Manoel havia recebido informações de Vasco da Gama de que o Samorim de Calicute era cristão. Segundo o autor dos diários da descoberta da Índia: “Calicute é cidade de cristãos que são homens morenos. Usam barbas grandes e cabelos compridos, alguns trazem as cabeças raspadas, outros, tosquiadas.

carta, ao Samorim – pretensamente cristão - não restava alternativa: aceitar a aliança proposta pelos portugueses era conformar-se à vontade divina. Segundo D. Manoel:

Portanto, consideradas estas coisas e razões de tanta vontade e serviço de meu alto Deus, por Ele mesmo que foi e é a causa da nossa navegação e ida a vós, mui afetuosamente, como irmão vos rogamos que vós queirais conformar-se com seu querer e vontade. E por fazerdes nosso proveito e [proveito] de vossas terras, assim temporal como espiritual, apraza-vos receber e adjuntar convosco nossa amizade, trato e conversação, que tão pacificamente vos apresentamos; por seu santo serviço, receberdes e tratardes nosso capitão e gentes com aquele são e verdadeiro amor, com que o mandamos a vós. (IDEM, p. 69).

Convém lembrar ainda que, para se tornar senhores do comércio das especiarias do oriente, os mercadores ibéricos deveriam vencer os muçulmanos que dominavam o comércio marítimo no Oceano Índico ao norte do Canal de Moçambique.

Conforme vimos anteriormente, Delumeau estabelece uma hierarquia entre os interesses econômicos e os religiosos. Para esse autor, D. Manuel, que tradicionalmente é considerado um “rei especieiro”, isto é, antes de tudo preocupado em dominar o tráfico da pimenta e outras especiarias, teria na realidade um “projeto imperial” (2007, p. 177). Por conseguinte, haveria no projeto manuelino uma precedência da religião sobre o comércio.

De forma distinta, acreditamos que não houvesse, naquele momento, uma hierarquia entre os interesses de universalização do cristianismo e de estabelecimento de laços de comércio. Vejamos.

A expansão do comércio e o combate ao infiel compõem uma mesma luta. O avanço português no comércio de especiarias significava o enfraquecimento dos infiéis. Os sucessos econômicos eram os meios que Deus colocava à disposição dos portugueses para que a obra de expansão do *orbis christianus* fosse levada adiante. Afinal, como D. Manuel informou ao Samorim, Deus não gostaria que os “proveitos” dos contatos entre os cristãos do Ocidente e os cristãos do Oriente fossem apenas “temporais”.

A identificação entre expansão da fé e os ganhos materiais foi observada por cronistas daquela época e não se limitou à Índia ou ao reinado de D. Manuel. Esta

Usam topetes na moleira, para mostrar que são cristãos, e nas barbas, bigodes.”

E ainda: “Aqui nos levaram a uma grande igreja. (...) No meio do corpo da igreja está um coruchéu, onde fica o coral, com uma porta da largura de um homem, e uma escada de pedra que levava a esta porta que era de arame [cobre]. Dentro estava uma imagem pequena, que diziam ser Nossa Senhora.” (Diário da Viagem de Vasco da Gama, in: BUENO, 1998, p. 76 e 79).

mesma identificação pode ser observada na carta escrita por Pero Vaz de Caminha quando da chegada dos lusitanos no litoral brasileiro em abril de 1500. Ao mesmo tempo em que o autor buscava sinais da existência de metais preciosos e outras riquezas, afirmava que a conversão do gentio seria a principal tarefa dos portugueses na América. De acordo com Caminha:

E segundo o que a mim e a todos pareceu, esta gente [os índios], não lhes falece outra coisa para ser toda cristã do que nos entenderem, porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer como nós mesmos; por onde parece a todos que nenhuma idolatria nem adoração têm. E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados e convertidos ao desejo de Vossa Alteza. E por isso, se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para os batizar; porque já então terão mais conhecimento de nossa fé, pelos dois degredados que aqui entre eles ficam, os quais hoje também comungaram. (CAMINHA, 1985, p.96-97).

Caminha, entretanto, não se esquecendo das questões materiais, informou ao Rei que:

Nela [na terra] até agora não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem o vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares [...]. As águas são muitas e infindas. E em tal maneira é grandiosa que, querendo aproveitá-la, tudo dará nela, por causa das águas que tem. (IDEM, p. 97-98).

Contudo, apesar das promessas de riquezas materiais, o autor da carta considerou:

[...] o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza nela deve lançar.

E que não houvesse mais que ter aqui Vossa Alteza esta pousada para a navegação de Calicute, isso bastava. Mais ainda, disposição para nela cumprir-se – e fazer – o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber: acrescentamento da nossa Santa Fé. (IDEM, p. 98 – grifos nossos).

Após o descobrimento, a Coroa portuguesa dispendeu insistentes esforços para verificar as potencialidades econômicas das terras americanas. De imediato, já em 1501, enviou uma expedição liderada por Gonçalo Coelho, que, em uma parada no Senegal, encontrou-se com navios da frota de Cabral que regressavam da Índia (COUTO, p. 1998). Nos anos seguintes, as expedições sucederam-se com o claro objetivo de promover um reconhecimento das possibilidades econômicas da terra. Tais objetivos podem ser observados no Diário de Navegação de Pêro Lopes de Sousa que viajou ao Brasil entre 03 de dezembro de 1530 e 23 de novembro de 1532. Pero Lopes, assim como outros cronistas do século XVI, enfatizou a abundância e a qualidade da terra e

dos rios que, além de possibilitar alimentação, na forma de frutos, peixes e animais, em profusão, eram favoráveis à organização da produção agrícola. Por essa razão, no dia 13 de março, o capitão da frota deixou na Baía de Todos os Santos "dous homens pêra fazerem experiência do que a terra dava e lhes deixou muitas sementes" (1968, p. 48).

Quando foi possível dar início ao processo de colonização, as pretensões da Coroa com relação à terra de Santa Cruz mantiveram-se as mesmas do Oriente, embora a obtenção do *proveito*⁶ obrigasse, então, a organização da produção.

A busca da expansão da fé e da obtenção do proveito pode ser observada em uma série de documentos oficiais que estabeleciam as ações a ser efetivadas no Brasil. Citemos, para exemplificar, a carta de doação da Capitania de Pernambuco a Duarte Coelho e o Regimento de Tomé de Souza. Ressalte-se que esses dois documentos foram escritos já no reinado de D. João III, aquele que, para Bandarra, seria o encoberto. Contudo, embora o rei já não fosse mais D.Manuel, não se alterara o papel que Deus havia atribuído aos portugueses. No primeiro documento, datado de 26 de abril de 1534, observamos o seguinte preâmbulo.

Dom João por graça de Deus Rei de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalém mar em África Senhor da Guiné, e da Conquista Navegação, Comércio de Ethiopia Arábia, Pérsia, e de Índia etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que considerando eu quanto serviço de Deus, e meu proveito, e bem de meus Reinos, e Senhorios, e dos naturaes, e súbditos delles, e ser a minha costa, e terra do Brasil mais povoada do que atégora foi assim para se nella haver de celebrar o culto, e Officios Divinos, e se exaltar a nossa Santa Fé Catholica com trazer, e provocar a ella os naturaes da dita terra, infiéis, e idólatras, como pelo muito proveito, que se seguirá a meus Reinos e Senhorios, e aos naturaes, e súbditos delles de se a dita terra povoar (...). (DOCUMENTOS HISTÓRICOS, 1929, p. 68 – grifos nossos).

Passados quinze anos da carta de doação de Pernambuco, em 1549, D. João III nomeou Tomé de Souza Governador do Brasil. Antes de partir para a América, o governador recebeu do Rei uma carta que estabelecia minuciosamente as ações a ser desenvolvidas, as prioridades e a forma como o governador deveria se relacionar com os capitães donatários, com os demais colonizadores e com os índios. No Regimento de Tomé de Souza mais uma vez era ressaltada a unicidade do projeto colonizador.

Eu el-rei faço saber a vós Tomé de Souza fidalgo de minha casa que vendo eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e nobrecer as capitanias e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando para

⁶ O termo *porveito* ou *proveito* aparece recorrentemente nos documentos do século XVII com o sentido de lucro ou ganhos materiais.

exaltamento da nossa santa fé e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles ordenei (...). (RIBEIRO; MOREIRA NETO, 1992, p. 142).

Na obra de Antonio Vieira também é possível observar essa identificação entre fé e proveito. Segundo Vieira: “pelo fruto espiritual que vão fazer os missionários, vêm de lá os frutos temporais com que Portugal se enriquece. E se vão faltando os segundos frutos, é porque também vão faltando os primeiros, de que eles nascem” (VIEIRA, Vol. VIII, 1953, p. 214). Para Vieira, portanto, fé e proveito são aspectos de um mesmo processo.

Com base no exposto, podemos afirmar que, para a Coroa, não havia uma hierarquia, aliás, não havia sequer uma distinção entre a expansão da fé e a busca do *proveito*, que eram considerados expressão de distintos aspectos da ação de Deus por intermédio dos portugueses. Claro está que, nos documentos que Delumeau analisa, os aspectos escatológicos são mais aparentes, mas a crença de que o Reino de Portugal fora escolhido por Deus para universalizar o cristianismo foi, ao lado da cobiça, o mais poderoso motor da expansão lusa. Nesse sentido, afirma Cidade:

Entre nós, era comum a convicção, não apenas da existência de um Deus pessoal, interessado nos destinos das nações como dos indivíduos, mas de que Portugal era dele o segundo povo eleito, seu maior colaborador na obra de redenção do Mundo. Desta convicção derivava uma historiografia que era uma espécie de epopeia hagiográfica – gesta Dei per Lusitanos – onde em cada página Deus assinalava de modo teatral a sua intervenção e punha de manifesto os seus desígnios. (CIDADE apud VIEIRA, 1952, p. XIII).

Para o homem do século XVII, a ação divina poderia ser observada na história do Reino, desde suas origens. Afinal, o milagre de Ourique, mito fundador de Portugal, já não seria uma manifestação de que Portugal tinha sido o reino escolhido por Deus para a construção do Quinto Império?⁷ Essa crença no destino estabelecido por Deus para Portugal havia contribuído decisivamente para que D. Manuel enviasse Vasco da Gama à Índia e para que D. João III iniciasse a colonização do Brasil.

Em uma carta de 20 de abril de 1657, destinada ao Rei D. Afonso, depois de relatar as dificuldades e avanços do trabalho missionário no Maranhão e de criticar a forma como os colonos se relacionavam com os índios, Vieira solicitou ao rei que

⁷ Em uma incursão a territórios dominados por mouros, no Baixo Alentejo, em 1139, as tropas comandadas por Afonso Henriques enfrentaram e venceram tropas inimigas em um número bastante superior. A vitória teria sido tão acachapante que D. Henrique teria sido proclamado, ou se auto proclamado Rei de Portugal. Posteriormente começaram a surgir explicações que atribuíam a vitória à intervenção divina.

adotasse medidas para fazer cumprir a norma que proibia a escravização do nativo. Chegou a ameaçar o jovem Rei, que tinha apenas 14 anos, com o castigo divino, pois “os reis são vassalos de Deus, e, se os reis não castigam seus vassalos, castiga Deus os seus” (VIEIRA, 1925, T.I, p. 467). Finalmente, Vieira lembrava o Rei de que Portugal devia favorecer e amparar os jesuítas na catequese dos nativos do Maranhão, já que seu Reino fora fundado por Deus para propagar a verdadeira fé.

Os outros reinos da cristandade, senhor, têm como objetivo a preservação de seus vassalos, para alcançarem a felicidade temporal nesta vida e a felicidade eterna na outra. E o reino de Portugal, além desse objetivo que é comum a todos, tem por objetivo particular e especial a propagação e a extensão da fé católica nas terras pagãs, para que Deus o criou e fundou. E quanto mais Portugal agir no sentido de manter esse objetivo, tanto mais segura e certa será a sua conservação; e quanto mais dele divirja, mais duvidoso e perigoso será seu futuro. (CARTAS, T.I, p. 470 grifos nossos).

No passado, Deus conduziu Portugal a vencer os muçulmanos e firmar-se como reino independente e interviu diretamente no resultado da Batalha de Ourique; levou os portugueses a vencer os monstros marinhos e os abismos do mar Oceano no périplo africano; favoreceu o encontro dos portugueses com os cristãos orientais para uma aliança contra os infiéis; conduziu-os a aportar em terras americanas para a catequese dos índios; tornou possível a Restauração. No presente, da mesma forma, Deus tornaria Portugal a sede do Quinto Império do mundo, para universalizar o cristianismo. Esta fé messiânica “espalhou-se pelo escol da Nação” e “criou raízes na alma do povo” (CIDADE apud VIEIRA, p.1952; XV). Nesse sentido, Antônio Vieira foi expressão de uma mentalidade milenarista e messiânica profundamente enraizada nos corações e mentes lusitanos.

Os três principais escritos proféticos de Vieira são *Esperanças de Portugal Quinto Império do Mundo*, uma carta escrita a André Fernandes, em 1659; a *História do Futuro*, publicada pela primeira vez apenas em 1718, em Lisboa, mas, provavelmente, elaborada por volta de 1649, e a *Clavis Prophetarum*, escrita em latim, e jamais concluída. Embora, nos três textos, a questão central do estabelecimento do Quinto Império se repetisse, existem profundas diferenças entre os mesmos.

De *Clavis Prophetarum*, escrito originalmente em latim, uma grande parte se perdeu e pouco chegou até nossos dias.

Esperanças de Portugal é uma carta dirigida ao amigo jesuíta, escrita, segundo o próprio Vieira, enquanto ele navegava em uma canoa por um rio em Cameté, no interior

do Maranhão. Constituindo, fundamentalmente, uma interpretação das profecias de Bandarra, percebe-se, em todo o seu desenvolvimento, um compromisso com as trovas recorrentemente citadas e reproduzidas. Seu principal objetivo era demonstrar que Bandarra era o verdadeiro profeta, que esse profeta previu que o Rei encoberto de Portugal, entendido por Vieira como o recém-falecido D. João IV, iria ressuscitar e instaurar, em breve, o Quinto Império do mundo. Esse império seria, concomitantemente, temporal e espiritual, isto é, dos homens e de Deus.

A *História do Futuro*, ao contrário da carta, foi um texto por longo tempo elaborado, mais profundo e erudito. Segundo Cidade (1953, Vol. VIII), Vieira começou a elaborá-lo em 1649 e o próprio jesuíta declarou à Inquisição, em 1663, que há 18 anos vinha trabalhando no tema.

Para chegar à formulação do Quinto Império, Vieira recorreu às profecias, tanto as encontradas na Bíblia e reconhecidas pela Igreja, as canônicas, quanto as que foram consagradas pelo povo, as iluminadas.

Para confirmar que o V Império seria o de Cristo e dos Cristãos, Vieira busca ajuda nos discursos de Santo Agostinho, Santo Irineu, São Júlio, Santo Epifânio, e em teólogos como Teodoreto e Ruperto. Enquanto que para informar-nos sobre a questão da temporalidade desse Império, ele contra argumenta com Teodoreto e Tertuliano e defende que o V Império será iniciado neste mundo e consumado nos céus. (TAVARES, 2005, p. 71)

Embora os três trabalhos acima referidos tenham sido escritos após o retorno de Vieira a Portugal, o jesuíta, em 1641, quando ainda estava no Brasil, já professava crenças proféticas e messiânicas. Afinal, com a descoberta e a colonização do Novo Mundo, o milenarismo conseguiu atravessar o Atlântico (DELUMEAU, 1997). É muito provável também que, já nessa época, Vieira conhecesse as trovas de Bandarra, pois, segundo Cidade (1952), o retorno de D. Sebastião era um tema debatido pelos jesuítas. Além disso, em seus primeiros sermões, pregados ainda na década de trinta, são perceptíveis as referências ao Rei encoberto e ao Quinto Império.

No sermão de São Sebastião, pregado em Acupe, na Baía, “na Igreja do mesmo Santo”, em 1634, Vieira estabeleceu como tema “São Sebastião, o Encoberto”. O Sebastião do sermão é o santo que foi “encoberto pelas flechas”.

Atam a São Sebastião a um tronco – escusada diligência, para quem esta mais atado a Cristo, mais prêso na sua fé, e mais seguro na sua constância – voam as setas, empregam-se os tiros, despejam-se as aljavas, desaparece o corpo, pregam-se já umas setas em outras setas: quem não crerá que está morto Sebastião? Assim o crêem os bárbaros,

que já se retiram; assim o crê o tirano, que já está satisfeito; assim o choram os amigos, assim o lamenta a Igreja, assim o geme e suspira a cristandade; mas que importa que Sebastião esteja morto na opinião, se estava vivo na realidade? (VIEIRA, 1957, Vol. XXIII, p. 17).

Embora o autor não faça referências diretas ao Rei de Portugal, percebe-se uma analogia entre os dois personagens, pois, assim como D. Sebastião, “foi São Sebastião encoberto na vida e encoberto na morte: por quê? Porque encobriu a realidade da vida debaixo da opinião da morte, e encobriu a aparência da morte debaixo da realidade da vida” (VIEIRA, 1957, Vol. XXIII, p. 16).

Em 1642, já em Portugal, no sermão dos Anos Bons, “primeiro de vários outros de natureza prognosticadora, Vieira enaltecia a missão reservada ao rei de Portugal, pela Providência de conduzir um mundo unido pela fé em Cristo” (CIDADE apud VIEIRA, 1953, Vol. VIII, p. 20). Em 1649, portanto antes de escrever a carta a André Fernandes, foi denunciado à Inquisição por causa de seus escritos proféticos. Contudo, convém lembrar, que o Rei encoberto de Vieira mudou ao longo dos tempos. Se, ainda no Brasil, fez referências a D. Sebastião, com a Restauração, em vários sermões da década de quarenta, o encoberto tornou-se D. João IV; posteriormente, quando o possível ano em que seria estabelecido o Quinto Império se aproximou – 1666, conforme a *História do Futuro* – Vieira alimentou esperanças de o encoberto ser D. Afonso. De qualquer forma, ao longo de seus escritos, a ênfase recaiu sobre D. João IV.

A carta ao bispo do Japão foi escrita, como já afirmamos, em 1659. D. João havia falecido em 1656. Assim, para cumprir as profecias, ele, o encoberto e, então, morto, deveria ressuscitar.

[...] diz- me V.Sa. que todos referem tudo à vinda de El-Rei D. Sebastião, de cuja vinda e vida tenho já dito a V.Sa. o que sinto. Por fim ordena-me V.Sa. que mande alguma maior clareza do que tantas vezes tenho repetido a V.Sa., da futura ressurreição do nosso bom amo e Senhor D. João o quarto” (VIEIRA, 1952, Vol. VI, p. 1).

O que permitia que Vieira tivesse essa convicção era sua crença de que Bandarra era “o verdadeiro profeta”. Por isso, sempre recorria às trovas do sapateiro de Troncoso:

Saia, saia esse Infante
Bem andante
O seu nome é D. João.
Tire e leve o pendão
Glorioso e triunfante.
Vir-lhe-ão novas num instante
Daquelas Terras prezadas,
As quais então declaradas
E afirmadas

Pelo Rei de Ali em diante. (BANDARRA *apud* VIEIRA, p. 7)⁸

É clara sua intenção de demonstrar que Bandarra seria um profeta, pois suas trovas anteciparam os principais acontecimentos políticos da história lusitana do último século. Indagava Vieira ao leitor: como Bandarra poderia saber de tais acontecimentos se não fosse “o verdadeiro profeta”?

Quem disse a Bandarra, no tempo de El-rei D. João o III, [época em que as profecias foram escritas] que havia de faltar sucessor a Portugal, e que havia de vir a coroa a rei Estranho? Quem lhe disse que a grifa parideira, ou que Castela, por um parto, que foi Filipe II, filho da Infanta Imperatriz D. Isabel, havia de lograr Portugal? Quem lhe disse que o tempo desejado da redenção deste cativo havia de ser no ano de quarenta? Quem lhe disse que o Restaurador havia de ser rei novo e levantado? Quem lhe disse que este rei se havia de chamar D. João, e que havia de ser feliz e descendente de Infantes? Quem lhe disse que o haviam de reconhecer e aceitar logo as Conquistas, e que essas de aí por diante haviam de estar firmes, sem nenhum vacilar nem retroceder? Quem lhe disse que uma dessas conquistas havia de ser naquele tempo governada por um homem muito sisudo e muito cabeludo, e que o que governasse noutra se havia de chamar Excelência, e que era agudo, e que, sendo instrumento da aclamação, havia de ser tirado do cargo por suspeitas de infidelidade, e que essa infidelidade não havia de estar no seu escudo? Finalmente, quem lhe disse que o Papa não havia de aceitar este Rei, e que lhe havia de suceder na coroa um infante, e não o príncipe seu primogénito? (VIEIRA, 1952, vol.VI, p.17-18).

Concluía, então, que somente Deus poderia ter revelado a Bandarra a história que ainda iria acontecer: “é certo que só Deus podia dizer e revelar ao Bandarra todos estes futuros e qualquer deles, e com a mesma certeza se deve ter e afirmar que foi o Bandarra verdadeiro profeta”. (VIEIRA, 1952, Vol. VI, p. 18).

Vieira declarava, assim, que, naquele momento, não havia dúvidas. D. João IV era o encoberto, era o Rei que deveria cumprir as profecias. Como algumas das profecias de Bandarra ainda não tinham se cumprido, nada mais lógico do que D. João IV ressuscitar para concretizá-las.

O Bandarra é o verdadeiro profeta; o Bandarra profetizou que El-Rei D.João o quarto há-de obrar muitas cousas que ainda não obrou, nem pode obrar senão ressuscitando; logo, El-Rei D.João

⁸ Cidade alerta para o fato de que, em algumas cópias das trovas, o nome grafado é, de fato, o de D. João. No entanto, em outras, em vez de D. João, aparece D. Foão, “que é a forma moderna da designação indeterminada”. (In: VIEIRA, vol. VIII, 1953, p. 20)

o quarto há-de ressuscitar (IDEM, p.2).

No entendimento de Vieira restava então verificar quais das realizações de D. João IV previstas por Bandarra ainda não haviam sido cumpridas. A principal delas seria o estabelecimento do Quinto Império, porque, segundo o profeta, com o retorno do encoberto ocorreria “a vitória dos Turcos e redução dos Judeus se seguirá também a extirpação das heresias por meio deste glorioso príncipe” (IDEM, p. 35). Além disso:

A este universal conhecimento de Cristo, diz Bandarra que sucederá, por coroa de tudo, a paz universal do Mundo, tão cantada e prometida por todos os profetas, debaixo de um só pastor e de instrumento de Deus para todos estes fins de sua glória. Bandarra no *sonho segundo*:
“Tirá toda a Escória,
Será paz em todo o Mundo,
De Quatro reis o segundo
Haverá toda a vitória.
Será dele tal memória.
Por ser guardador da Lei,
Pelas armas deste Rei
Lhe darão triunfo e glória.” (VIEIRA, 1952, Vol. VI, p. 35)

Finalmente, com o estabelecimento do Quinto Império por D. João IV, ressuscitado, Portugal venceria a Espanha e se estabeleceria a paz entre os reinos cristãos da Europa. Finalmente, com a união de todos os cristãos, os infiéis seriam vencidos, o rei de Portugal tornar-se-ia “o adorado Imperador de Constantinopla” e a utopia (profecia) dos mil anos de felicidade seria realizada.

Em Espanha verá o rei de Portugal ressuscitado e Castela vencida e dominada pelos Portugueses. Em Itália verá o Turco barbaramente vitorioso, e depois desbaratado e posto em fugida. Em Europa verá universal suspensão de armas entre todos os Príncipes cristãos, católicos e não católicos; verá ferver o mar e a terra em Exércitos e em armadas contra o inimigo comum. Na África e na Ásia, e em parte da mesma Europa, verá o Império Otomano acabado, e El-Rei de Portugal adorado Imperador de Constantinopla. Finalmente, com assombro de todas as gentes, verá aparecidos de repente as dez tribos de Israel, que há mais de dois mil anos desapareceram por seu Deus e seu senhor a Jesus Cristo, em cuja morte não tiveram parte. (VIEIRA, 1952, Vol. VI, p. 64-65).

Ao profetizar o estabelecimento do Quinto Império por D. João IV, Antonio Vieira coroou uma longa tradição que atribuí a Portugal, desde suas origens, o cumprimento de desígnios divinos. Contudo, as vésperas do iluminismo, muito mais do que sonhar com a expansão, importava mesmo aos portugueses manter o que restava de seu combalido império ultramarino.

REFERENCIAS

- BACON, Francis. **Nova Atlântida**. 2ª.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- BASSELAAR, José Van Den. **Antônio Vieira, profecia e polêmica**. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.
- BUENO, Eduardo (ed.) **O diário da viagem de Vasco da Gama**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- CAMINHA, Pero Vaz de. **O Descobrimento do Brasil – A carta de Pero Vaz de Caminha**. Porto Alegre: LPM, 1985.
- CAMPANELLA, Tomasio. A cidade do Sol. In: **Bruno Galileu Campanella**. São Paulo: Abril Cultural; 1978.
- CIDADE, Hernani. Prefacio. In: VIEIRA, António. **Obras Escolhidas** – vol. VI. Lisboa; Sá da Costa, 1952.
- CIDADE, Hernâni. Prefacio. In: VIEIRA, Antonio. **Obras escolhidas**, vol. VII. Lisboa: Sá da Costa, 1953.
- COUTO, Diogo do. **A construção do Brasil**. Lisboa: Cosmos, 1998.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente - 1300-1800**. São Paulo: Companhia das Letras; 1996.
- DELUMEAU, Jean. **Mil anos de felicidade, uma história do Paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras; 1997.
- Documentos históricos da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: 1929, vol. XIII.
- HERMANN, Jacqueline. **No Reino do desejado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LIPINER, Elias. **O Sapateiro de Trancoso & o Alfaiate de Setúbal**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- D. MANOEL, Carta ao Samorim de Calicute. In AMADO, Janaina e FIGUEIREDO, Luiz Carlos (org.). **Brasil 1500, quarenta documentos**. Brasília: Imprensa Oficial/UnB, 2001.
- MENEZES, Sezinando Luiz. A Coroa, o donatário e o jesuíta: a convergência dos diferentes *brasis* nos primórdios da colonização, in: MOREIRA, Luiz Felipe Viel. **Instituições, fronteiras e política na História Sul-Americana**. Curitiba: Juruá, 2007.
- MORE, Thomas. **A Utopia**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- RIBEIRO, Darcy e MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **A fundação do Brasil**. Testemunhos 1550-1700. Petrópolis: Vozes, 1992.

TAVARES, Andréia Costa. Introdução a História do Futuro. In: VIEIRA, Antônio. **História do Futuro**. Brasília: UNB; 2005.

VIEIRA, Antônio. **Cartas do Padre Antônio Vieira**. Coordenadas e anotadas por João Lucio D'Azevedo. (três tomos) Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925, 1926 e 1928.

VIEIRA, Antônio. Esperanças de Portugal, quinto Império do mundo. In: **Obras Escolhidas** – vol. VI. Lisboa; Sá da Costa, 1952.

VIEIRA, Antônio. **História do Futuro**. Brasília: UNB, 2005.

VIEIRA, Antônio. **História do Futuro**. In: Obras Escolhidas. Vols.VIII e IX. Lisboa: Sá da Costa; 1953.

VIEIRA, Antônio. **Sermões** – Obra Completa. Lisboa: Lello & Irmão, 1959.

VIEIRA, Antônio. **Sermões**. De acordo com a edição seiscentista, única autorizada. São Paulo: Ed. Das Américas; 1957.

VIEIRA, **Obras Escolhidas**. 12 vols. Lisboa: Sá da Costa; 1951-1953.

Recebido em: 02/09/2011

Aprovado em: 20/09/2011